

# O projeto interinstitucional ‘Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional’<sup>1</sup> em Coto Brus, Costa Rica e o desenvolvimento rural territorial

## RESUMO

O objetivo é analisar o projeto ‘Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional’ desenvolvido em Coto Brus, Costa Rica e sua contribuição para o desenvolvimento do território. A metodologia envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas no ano de 2015 com 34 famílias, dentre elas participantes e não participantes do projeto em análise e com 10 representantes de instituições e organizações. O projeto foi desenvolvido para fortalecer a agricultura familiar por meio da articulação de sua produção aos mercados institucionais e dinamizar o mercado local de alimentos. Sua execução operou em três frentes: dotação de infraestrutura para a produção de hortaliças, criação de um centro de abastecimento e a criação de mecanismos de comercialização. A análise do Projeto foi conduzida a partir de três aspectos: a produção de conhecimentos no território; a contribuição do Projeto para a segurança alimentar e nutricional e a importância do trabalho conjunto e a participação dos agricultores para o desenvolvimento rural territorial. Conclui-se que, ainda que sejam necessárias formas de envolver e ter a confiança dos agricultores, ele colaborou para a diversificação agrícola local favorecendo processos de segurança alimentar e nutricional no espaço familiar e local e consequentemente o desenvolvimento rural sustentável do território.

**PALAVRAS-CHAVE:** conhecimentos; agricultores; américa central; diversificação agrícola; território.

**Shirley Rodríguez González**

[shirley.rodriquez@ucr.ac.cr](mailto:shirley.rodriquez@ucr.ac.cr)

Escuela de Nutrición, Universidad de Costa Rica. San Pedro de Montes de Oca. San José. Costa Rica.

**Viviane Camejo Pereira**

[vivianecamejo@gmail.com](mailto:vivianecamejo@gmail.com)

Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Paraná. Brasil.

**Gabriela Coelho-de-Souza**

[gabrielacoelho.ufrgs@gmail.com](mailto:gabrielacoelho.ufrgs@gmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil.

<sup>1</sup> Optou-se por utilizar o nome do projeto traduzido para o português.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a abordagem territorial do desenvolvimento rural foi discutida por autores como Favaretto (2010), Leite (2020), Sabourin (2002), Schneider e Tartaruga (2004), Schneider (2004) entre outros. Na Costa Rica, esta discussão foi realizada por autores como Fernández Alvarado (2015), Samper e Torrens (2015) e Blanco (2020) entre outros. O foco no território no processo de desenvolvimento rural merece especial atenção pelo seu potencial na construção de processos que estimulem a participação dos sujeitos, a construção de conhecimentos a partir dos territórios e o aproveitamento dos recursos ambientais e sociais locais para a promoção da segurança alimentar e nutricional. Assim, este artigo parte da importância da análise das contribuições que projetos interinstitucionais podem ter para o desenvolvimento rural dos territórios. No intuito de promover o intercâmbio de conhecimentos, este estudo tem como base a análise de um projeto realizado em Coto Brus, região Brunca da Costa Rica utilizando-se o referencial do desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial.

A Costa Rica é um país pertencente ao istmo centro-americano que tem apresentado um comportamento político e econômico diferente de seus países vizinhos (HIDALGO CAPITÁN, 2003). Este comportamento esteve associado indiscutivelmente à produção agrícola e a uma série de políticas sociais que tem permitido obter bons indicadores tanto sociais quanto econômicos.

As características sociais e econômicas da região Brunca na Costa Rica orientaram as intervenções estatais e de organizações, estimulando pesquisas e projetos conduzidos por universidades nacionais que buscaram colaborar para melhores condições de vida de seus habitantes. O país criou um sistema alimentar nacional com grande dependência internacional, limitando a soberania sobre o consumo alimentar, pois a maioria dos alimentos de consumo básico é importada. Desta maneira a possibilidade de participação no mercado dos agricultores de pequena escala se vê reduzida ao competir com grandes empresas que além de ter maior capital, são favorecidas com políticas que estimulam a importação de alimentos (FERNANDEZ ALVARADO, 2015). A Região Brunca (sul do país), na qual pertence Coto Brus, região deste estudo, apresenta baixos níveis de desenvolvimento social e econômico (PNUD, 2011) e índices de pobreza altos. Porém, é também uma das regiões com mais alta integridade ambiental.

O Programa de Desenvolvimento Rural da Universidade Nacional junto com a municipalidade de Coto Brus lideraram um processo de formação e instrução dos diversos atores (instituições estatais, organizações locais e organizações não governamentais) para a construção participativa do plano de desenvolvimento sustentável municipal. Este plano abrange cinco dimensões: social, cultural, econômica, ambiental e político-institucional (COSTA RICA, 2011b). Em relação à agricultura, o plano tem promovido capacitações para desenvolver projetos produtivos em harmonia com o ambiente que permitam a diversificação agrícola. Além disso, se pretendia uma maior organização dos agricultores para facilitar a vinculação de pequenos agricultores em processos de comercialização.

Coto Brus, Região Brunca, é um município com recente ocupação (a partir de 1940) composto por migrantes de descendentes de italianos e de diversas regiões do país (RAMIREZ AVENDAÑO; QUESADA CAMACHO, 1990). A maior parte da população se encontra no espaço rural (77%) (COSTA RICA, 2013). A economia local é voltada à agricultura, especialmente dedicada à produção de café e criação de gado e também se apresentam algumas tentativas para diversificar esta produção (GAMBOA QUESADA, 2008). A região abriga algumas das áreas de conservação ambiental da Costa Rica. A maioria dos agricultores trabalha em pequena escala ou são agricultores familiares (COSTA RICA, 2015).

Em 2010 foi criado o Comitê Cívico Agropecuário de Coto Brus, uma organização que integra a maioria dos atores sociais do município. Ela surgiu a partir da preocupação sobre os preços do café e os problemas de saúde que os agricultores estavam desenvolvendo

associados a este cultivo. Porém, as condições econômicas do município fizeram com que este Comitê passasse também a contribuir com questões mais amplas relacionadas ao desenvolvimento rural do município. Este modelo organizativo tem permitido integrar a expectativa do desenvolvimento que a sociedade civil tem com a política governamental, executada através das organizações (COSTA RICA, 2014c).

O município conta também com outras formas de organização como: Consejo Cantonal de Coordinación Institucional (CCCI) (COSTA RICA, decreto n° 38536-MP-PLAN, 20 de junho de 2014), Consejo Cantonal de Seguridad Alimentaria y Nutricional (COSAN)(COSTA RICA, decreto n° 32488-MP-MAG, 29 de julho de 2005) e o Comité Setorial Local (COSEL) (COSTA RICA, decreto n° 31714-MS-MAG-MEIC, de 30 de marzo de 2004). No caso de Coto Brus, estas duas últimas instâncias trabalham como uma só e estão formadas pelos representantes da sociedade civil, de instituições públicas relacionadas com as atividades produtivas e de saúde e representantes do governo local.

Esta organização territorial favorece a construção de projetos interinstitucionais para o desenvolvimento rural. Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar um projeto específico intitulado a 'Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional' desenvolvido em Coto Brus, Costa Rica e sua contribuição para o desenvolvimento do território<sup>2</sup>. A fim de alcançar o objetivo proposto, optou-se por mobilizar o referencial teórico do desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial para analisar o referido projeto.

## 2 O DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL

Neste estudo o desenvolvimento rural é "um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais" (SCHNEIDER, 2004, p. 98). Inclui-se nesta definição o território, como objeto deste processo, cuja importância nas estratégias de desenvolvimento tem origem na Europa nos anos de 1970. No Brasil, autores como Favaretto (2010), Leite (2020), Sabourin (2002), Schneider e Tartaruga (2004), Schneider (2004) entre outros, problematizam o território nos estudos e projetos sobre desenvolvimento rural e na Costa Rica, Fernández Alvarado (2015), Samper e Torrens (2015) e Blanco (2020) desenvolvem esta abordagem. Parte-se de que "rural" e "territorial" não são sinônimos, porém dialogam entre si (LEITE, 2020).

Para Schneider e Tartaruga (2004), a abordagem territorial do desenvolvimento rural assume uma categoria normativa, nesse sentido, trazendo a ideia de uma escala de intervenção para políticas públicas. Para os autores, em uma perspectiva de problematização da configuração espacial e da abrangência da atuação dos atores sociais nos estudos sobre desenvolvimento, a "abordagem territorial aparece como uma noção que permitiria explicar o papel do contexto do espaço social como fator de desenvolvimento" (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 100).

Schneider e Tartaruga (2004) também argumentam a contribuição da noção de território da geografia, seu enfoque conceitual e analítico para os estudos em desenvolvimento rural, indo além de um viés normativo, compondo então o desenvolvimento rural territorial. Porém, na literatura observa-se que o enfoque territorial do desenvolvimento rural e o desenvolvimento rural territorial parecem ser tratados como sinônimos.

Neste estudo, entende-se o desenvolvimento rural territorial como resultado da atuação dos atores sociais e da aplicação de políticas públicas, e também como uma abordagem do desenvolvimento rural que parte da contribuição da noção de território e seu enfoque conceitual e analítico. Alia-se assim, a escala de intervenção da política

<sup>2</sup> Este artigo apresenta uma parte dos resultados da tese intitulada 'XXXXXX' (XXXXX, 2017).

pública, mas também as especificidades do território no que diz respeito aos seus aspectos ecológicos e ambientais integrados aos sociais e econômicos.

É necessário definir qual corrente do pensamento geográfico se quer aproximar e que conceito de território se está tratando. Optou-se pela contribuição da geografia crítica a partir do geógrafo brasileiro Milton Santos. Para Santos (1999), não é o território em si que é categoria de análise da geografia e sim, o território usado:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Sendo assim, a partir da definição de território usado de Santos (1999), pensar o território do desenvolvimento rural é trazer ao debate a ideia de que o rural não é apenas um espaço social que difere do urbano, mas o rural como lugar de vida calcado na diversidade de formas de vida, de produzir e de visões de mundo (WANDERLEY, 2009), que interage com o território usado, mediatizado pelo sentimento de pertencimento dos agricultores, como “o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 8).

Para Fernández (2017), no documento *Situación del desarrollo rural territorial y priorización de territorios en Costa Rica*, o desenvolvimento rural territorial é sinônimo de enfoque territorial do desenvolvimento rural que para o autor:

[...] comprende al territorio no como un espacio físico “objetivamente existente”, sino una construcción social, es decir, como un conjunto de relaciones sociales que dan origen y a la vez expresan una identidad y un sentido de propósito compartidos por múltiples agentes públicos y privados (FERNÁNDEZ, 2017, p. 1).

Complementa o autor, que os habitantes e sua construção coletiva são os atores centrais e o fim último dos territórios (FERNÁNDEZ, 2017). No âmbito normativo, a Lei 9036 de 29 de maio de 2012 estabelece como desenvolvimento rural territorial:

[...] proceso de cambio integral en materia económica, social, cultural e institucional, impulsado en un territorio rural, con la participación concertada y organizada de todos los actores sociales existentes en dicho territorio, orientado a la búsqueda de la competitividad, la equidad, el bienestar y la cohesión e identidad social de sus pobladores (COSTA RICA, 2012, Art. 3, i).

O fragmento anterior reforça a perspectiva multidimensional e multissetorial do desenvolvimento territorial rural (COSTA RICA, 2012, Art. 3, k). Tomando da geografia crítica a noção de território e incorporando-o nos estudos sobre desenvolvimento rural, apresenta-se alguns eixos analíticos importantes que serão utilizados neste estudo: a produção de conhecimentos no território; a contribuição do Projeto para a segurança alimentar e nutricional e a importância do trabalho conjunto e a participação dos agricultores para o desenvolvimento rural territorial.

Neste artigo, o desenvolvimento rural territorial entende o “[...] território como componente fundamental do desenvolvimento de base local, cultural e ecológica” (SAQUET, 2018, p. 479). Assim, a ênfase do processo de desenvolvimento torna-se o território, perspectiva que parece ter maior complexidade na análise do que o local, mas

que também pode partir de processos endógenos, pois sendo multidimensional envolve dimensões socioculturais e identitárias, socioambientais e econômicas. Assim, admite-se um processo de desenvolvimento que parte desde o local, ou de dentro para fora do território, mas apenas o local em si, não seria o objeto do desenvolvimento. Esta construção teórica orientará as análises sobre o desenvolvimento rural em Coto Brus.

### 3 METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada no âmbito da tese de doutorado de XXXXXXXXX (2017) durante o ano de 2015. Na coleta foram utilizadas duas técnicas: a entrevista semiestruturada (GERHARDT et al., 2009) e a observação participante (GIL, 2008). Foi realizada uma amostra de 34 famílias agricultoras, 17 estavam vinculadas a um projeto local de segurança alimentar e nutricional, correspondendo a 50% das famílias beneficiárias do projeto 'Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional' desenvolvido em Coto Brus e as outras 17 não vinculadas. O método da amostragem das famílias vinculadas ao projeto foi estratificado aleatoriamente, procurando uma representatividade por distrito (XXXXXC, 2017). As famílias não vinculadas ao projeto foram aquelas famílias agricultoras vizinhas com características similares às famílias participantes. Também foram realizadas outras 10 entrevistas com representantes de instituições e organizações para conhecer as dinâmicas locais e suas percepções em relação ao projeto.

Foram apreendidas as percepções das famílias em relação ao projeto em questão, suas vantagens e suas limitações. De forma a compreender a influência do projeto nas práticas agrícolas, realizou-se a listagem de cultivos presentes na propriedade informando o uso ou não de agroquímicos segundo o cultivo. A informação quantitativa foi analisada com ajuda do programa SPSS e Excel. A informação qualitativa foi organizada e apresentada a partir das categorias predefinidas com ajuda do Programa Nvivo 10.

### 4 O PROJETO AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A maioria das ações realizadas no município para a agricultura familiar tem procurado gerar processos de diversificação agrícola considerando a dependência do município do cultivo de café. Na ocasião da pesquisa, o produto apresentava preços muito baixos a nível internacional e o cultivo vinha sendo afetado por doenças da região. Porém, estes projetos de forma geral têm fracassado, devido, principalmente, a dois aspectos: a incorporação de produtos que são desconhecidos pelos agricultores e que carecem de mercado e o fomento à produção de cultivos que apresentam ciclos curtos de produção, uma prática pouco vinculada à racionalidade de produção dos agricultores da região que estão acostumados a uma dinâmica de ciclo permanente.

Por meio do Comitê Cívico buscava-se gerar um projeto de desenvolvimento endógeno, ou seja, a partir das especificidades ambientais e socioeconômicas regionais, em que a problemática e as soluções fossem identificadas pela própria comunidade<sup>3</sup>. Este modelo era entendido por organizações envolvidas no projeto como a única forma de dar sustentabilidade ao projeto. Segundo representantes de instituições e organizações, o projeto 'Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional' responde aos planos municipal e regional e ao Plan Nacional de Agricultura Familiar. Este projeto iniciou em 2013 e tem como finalidade articular a produção dos agricultores familiares aos programas de alimentação institucional e de alimentação escolar. Além disso, visa estimular a oferta de alimentos locais que possam ser comercializados neste mesmo âmbito. O projeto pretendia favorecer a inserção dos agricultores nos mercados locais, considerando que esta é uma limitação apresentada pelas famílias agricultoras.

<sup>3</sup> Neste artigo, optou-se pela perspectiva do desenvolvimento rural territorial para analisar o referido projeto.

Segundo Sánchez Acuña, Murillo Segura e Aytekin (2015) este projeto foi construído de forma coletiva: a institucionalidade local do setor agroalimentar participou na seleção dos beneficiários, o setor social, na validação dos beneficiários e o financiamento da infraestrutura; enquanto as organizações de produtores se comprometeram com o processo e especialistas da FAO promoveram a assistência técnica. Desta maneira o trabalho envolveu, então, o Ministério de Agricultura y Ganadería (MAG), o Instituto Mixto de Ayuda Social (IMAS), o Consejo Nacional de Producción (CNP), a FAO, universidades e organizações de agricultores.

O projeto foi desenvolvido a partir de três eixos: a construção de infraestrutura para aumento da produção de hortaliças a partir da casa-sombra; a construção de um centro de abastecimento de produtos agrícolas e a criação de mecanismos de comercialização. Cada eixo do projeto será explicado nos próximos parágrafos.

#### 4.1 Infraestrutura para aumento da produção de hortaliças

A infraestrutura desenvolvida pelo projeto 'Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional' é a casa-sombra. Este modelo de agricultura climaticamente inteligente, proposto pela FAO, é semelhante a uma estufa, utiliza sombrite, tubo galvanizado, irrigação (por gotejamento) e plástico. O modelo foi apresentado aos agricultores como tendo grande potencial para evitar o uso de insumos químicos por proporcionar a melhora da qualidade do solo e a irrigação. Segundo Sánchez-Acuña, Murillo-Segura e Aytekin (2015) esta infraestrutura leva em conta os seguintes critérios: gestão do solo e seus nutrientes mediante a criação de substratos ricos em matéria orgânica, que permitem a captura de carbono e menor utilização de agroquímicos. Além disso, foram incluídos materiais que permitem a captação e utilização de água de chuva.

Este trabalho iniciou com um processo de capacitação sobre a produção em ambientes protegidos dirigidas a associações de agricultores e encarregados da extensão agrícola, para, posteriormente, realizar a seleção dos beneficiários. O número de beneficiários de casa-sombra é de 34 agricultores, os quais estão distribuídos por todos os distritos do município.

#### 4.2 Centro de abastecimento de produtos agrícolas

Ainda que a infraestrutura se outorgou por família, o projeto visa também promover o associativismo e a organização para a gestão da produção e da comercialização. Para isso, contou-se com a participação do Centro Agrícola Cantonal (CAC) de Fila Guinea<sup>4</sup>. Nesta etapa do projeto houve o oferecimento de cursos de capacitação desenvolvidos por universidades. Além disso, por meio do CAC, buscou-se financiamento para realizar os ajustes nas instalações existentes a fim de cumprir as exigências do mercado e das instituições estatais que permitem seu funcionamento e para a compra de equipamentos necessários para o transporte dos alimentos.

#### 4.3 Criação de mecanismos de comercialização

Neste eixo houve a participação de universidades públicas, o CNP (Consejo Nacional de Producción), o INA (Instituto Nacional de Aprendizaje) e a FAO. As universidades e o INA desenvolveram uma série de cursos para fortalecer o empreendedorismo e a comercialização. A FAO apoiou estudos para a prospecção de mercados locais para alimentos provenientes da agricultura familiar. Um destes projetos apoiados foi o estudo

<sup>4</sup> Fila Guinea é um vilarejo localizado em Coto Brus

realizado por graduandos da Escola de Nutrição da Universidade de Costa Rica. Este estudo teve por intuito analisar a possibilidade de vincular a produção aos refeitórios institucionais (escolas e centros de atenção integral). Portanto, trabalhou-se com os administradores dos refeitórios e com as organizações de agricultores. Além deste, outros estudos de mercado foram realizados com o intuito de desenvolver estratégias de comercialização. O Consejo Nacional de Producción (CNP), por sua vez, realizou a negociação com os mercados institucionais e escolares. Deste processo, se obteve um contrato de compra de alimentos da agricultura familiar com a definição da demanda dos produtos agrícolas. Uma vez definida a demanda, foi realizado o planejamento do trabalho com os agricultores.

## 5 AS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOBRE O PROJETO

Ainda que o projeto 'Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional' tenha sido articulado por organizações, algumas delas externas ao território, como a FAO, a gestão do projeto foi realizada de forma local. A iniciativa de um projeto endógeno ou ascendente, gestado localmente, tem por intuito articular a produção local com o mercado local, estimulando o desenvolvimento rural territorial.

O acesso a mercados havia sido apontado pelos agricultores como um dos principais gargalos da agricultura na região. Assim, o projeto foi organizado com base nessa demanda que surgiu do território, com o objetivo de vincular a produção da agricultura familiar com mercados institucionais e locais. É nesse âmbito que destaca-se a importância da construção de novos mercados já que "Para os agricultores, é muito difícil conseguir acréscimos de renda através dos grandes mercados de alimentos e produtos agrícolas. É igualmente difícil garantir segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável por meio desses mercados gerais." (WU; DING; YE, 2016, p. 363).

Neste mesmo escopo, o projeto também atuou na promoção da diversificação da produção agrícola a fim de proporcionar a geração de renda e também diversificar a oferta de alimentos frescos e saudáveis à população do município. A execução do projeto envolveu a realização de ações e articulações institucionais com a finalidade de otimizar o uso de recursos que chegam ao município. Embora a proposta da FAO tenha vindo ao encontro das ações do projeto 'Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional', cujos objetivos estão relacionados às demandas locais, durante a pesquisa, alguns dos atores sociais representantes de organizações, consideraram-no como um projeto importado. Segundo eles, o projeto não estaria convergindo para a perspectiva da endogenia, necessária a sustentabilidade dos projetos na região. De acordo com um representante de uma organização:

El proyecto casa-sombra es un proyecto que todavía tiene grandes lagunas, cuando la FAO llegó y vió que se estaba haciendo un proyecto de ese tipo, pidió meterse y se dispararon por otro lado y hacen lo que ellos creen mejor, generando una situación compleja, pues ellos vienen hacen, se van y los productores quedan, entonces las instituciones locales tienen que ver cómo asumen eso (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Mas, para outros atores, o projeto de casas-sombra teve sim uma articulação oportuna para a ideia de desenvolvimento pensada desde sua base: "El proyecto casas-sombra tuvo una coincidencia de iniciativas de arriba y de abajo, que pocas



veces sucede” (DADOS DA PESQUISA, 2015) “Las casas-sombra vinieron a resolver una necesidad identificada, pues el CAC de Fila Guinea requería infraestructura para la producción de hortalizas, coincidiendo entonces con la iniciativa local” (DADOS DA PESQUISA). Isso porque segundo os atores, a proposta da infraestrutura coincidiu com uma necessidade manifestada pela organização dos agricultores que procurava aumentar a produção de hortaliças para abastecer o mercado local por meio de programas como de alimentação institucional, alimentação escolar e feira de produtores). Assim, a casa-sombra foi oferecida a partir de uma demanda local, embora a sua concepção tecnológica não tenha sido gestada localmente. Os programas de alimentação podem ser inovadores para o desenvolvimento rural, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil. Estes programas inovam ao articular na política pública o apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar e também iniciativas para segurança alimentar e nutricional a partir da construção de mercados institucionais (GRISA; PORTO, 2015).

A partir das informações obtidas no processo da inserção do projeto nas comunidades, se apresentaram uma série de questões referentes à seleção dos beneficiários, a utilidade da infraestrutura e a importância da estratégia na diversificação da produção e sua relação com a segurança alimentar e nutricional familiar e local. A informação sobre isso será apresentada a seguir.

### 5.1 A seleção dos beneficiários da casa-sombra

A seleção dos beneficiários se deu com base na mediação dos extensionistas e do Centro Agrícola Cantonal (CAC) de Fila Guinea. Os extensionistas informaram os agricultores e suas organizações como a Asociación de Productores Agropecuarios de la Zona Sur (CODAGRO) e Centros Agrícolas sobre a disponibilidade de recursos para a construção dessa infraestrutura. Desta maneira, na primeira etapa, a divulgação do projeto se deu de várias formas como indicado nas falas de agricultores: “Un agente de extensión me informó sobre los recursos que había en el Cantón para la producción de hortalizas” (DADOS DA PESQUISA, 2015), “Un agente de extensión, conociendo que teníamos experiencia en la producción de tomate y chile, nos dijo que si estábamos interesados en una casa-sombra” (DADOS DA PESQUISA, 2015), “Un amigo me dijo que había recursos para construir casas-sombra en este sector” (DADOS DA PESQUISA, 2015), “Nosotros nos dimos cuenta por medio de CODAGRO” (DADOS DA PESQUISA, 2015). As pessoas interessadas realizaram de forma individual, a solicitação ao Instituto Mixto de Ayuda Social (IMAS). O IMAS avaliou os pedidos a partir dos seguintes critérios: nível de pobreza, experiência na atividade, beneficiários de outras ações e renda média mensal.

Para os extensionistas, na primeira parte do projeto não se tinha muito claro como fazer a distribuição das casas-sombra e como os recursos eram outorgados pelo IMAS (que favorece projetos agrícolas a famílias em condição de pobreza). Começou-se a contatar os agricultores em maior vulnerabilidade socioeconômica e com experiência na produção de hortaliças e também solicitou-se recomendações das organizações sobre potenciais participantes. O grupo de agricultores que acessaram o projeto de forma individual se difere do grupo selecionado pela mediação da extensão rural, pois o benefício foi outorgado de forma individual, sem contar com assessoria para a instalação e produção de



hortaliças e, além disso, eles não têm uma organização que apoie os processos de comercialização. Estes beneficiários pertencem aos distritos de Limoncito, Agua Buena, San Vito e Sabalito.

A segunda seleção de beneficiários foi mediada por uma organização de agricultores, o Centro Agrícola Cantonal (CAC) de Fila Guinea. Este centro reúne muitos agricultores do distrito de Pittier. Algumas manifestações dos agricultores que indicam a forma como foram informados são: “El CAC de Fila Guinea informo sobre la posibilidad de donar 17 casas-sombra” (agricultor de Las Brisas, 2015), “Nosotros nos dimos cuenta por medio de la organización de mujeres de Fila Naranjo que el CAC de Fila Guinea estaba escogiendo beneficiários para casas-sombra” (agricultor de Fila Naranjo, 2015), “El CAC informo sobre la posibilidad de algunas casas-sombra y los requisitos que pedían para eso” (agricultor de Fila Méndez).

A seleção dos interessados pelo Centro Agrícola Cantonal de Fila Guinea (CAC de Fila Guinea) se deu a partir dos seguintes critérios: participação na Associação; possuir terreno para a instalação da infraestrutura; disponibilidade de água para produção de alimentos; experiência na produção de hortaliças; disponibilidade de pessoal para trabalhar; agricultores que permitam o acesso de representantes de instituições e organizações; que tenham capacitação em agricultura orgânica e interesse em aperfeiçoar-se e por fim que residam no município no mínimo há dois anos. A partir dessa seleção foram encaminhadas as solicitações ao IMAS, que as analisou a partir dos mesmos critérios indicados anteriormente.

Cabe destacar que este segundo grupo já tinha um processo prévio de capacitação e de dotação de recursos. O CAC de Fila Guinea começou a ser o ponto focal para o trabalho na produção de hortaliças e o manejo orgânico e integrado de recursos na propriedade. Segundo os representantes deste Centro o projeto de produção de hortaliças começou em 2010-2011, com a ideia de aumentar a diversificação da produção para autoconsumo, considerando que a população consumia poucas hortaliças e aquelas que estavam disponíveis no município tinham muitos agroquímicos. Desta maneira, propuseram projetos com estas finalidades e conseguiram recursos de duas fontes: Programa de Pequeñas Donaciones (PPD) e Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural (ECADER). Além disso, contaram com processos de capacitação em produção orgânica por parte do Instituto Nacional de Aprendizaje (INA).

A ideia iniciou com a construção de 20 microestufas e 20 biodigestores. Segundo os representantes, a experiência foi bastante boa, suficiente para o consumo familiar, porém, pouca para o mercado crescente destes alimentos. Isso fez com que fosse solicitado mais apoio às instituições para a construção das casas-sombra. Esta infraestrutura foi observada pelos representantes do CAC de Fila Guinea em outro Município e consideraram uma boa opção reproduzi-la no distrito de Pittier, pois, segundo eles, se adequava às necessidades identificadas. Coincidentemente a FAO já estava promovendo esta infraestrutura com outras organizações de agricultores da zona (já tinham elaborado 17 casas-sombra). Desta maneira, a proposta foi submetida e conseguiram a construção de 17 casas-sombra no território, a partir de duas fontes de recursos econômicos: Instituto Mixto de Ayuda Social (IMAS) y la Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural (ECADER).

Além disso, o CAC de Fila Guinea também realizou um conjunto de gestões para a disponibilização de um espaço, para funcionar como central de abastecimento das hortaliças para a distribuição aos diversos mercados. Desta maneira, pode-se verificar que o grupo de agricultores beneficiários de casas-sombra, que estão vinculados ao CAC de Fila Guinea, conta com uma organização que os respalda procurando colaborar na dinâmica associada à produção e à comercialização. A limitação que tinham os agricultores, nesse momento, para o uso da infraestrutura, era a falta de assistência técnica na produção de hortaliças, pois se incentivou uma produção orgânica e para isso se requer assistência técnica com conhecimento na área que assessorie in situ aos produtores. A falta de assistência da extensão rural foi apontada pelas famílias como a principal limitação para o desenvolvimento da produção nas casas-sombra: “Nuestra principal limitación ahora es la falta de un funcionario que nos brinde asistencia técnica” (agricultor de Fila Guinea, 2015), “Nosotros necesitamos de apoyo técnico, los agentes de extensión procuran darnos apoyo, pero lo demanda que hay en nuestro cantón es mucha y ellos no dan abasto” (agricultor de Las Marías, 2015).

A extensão rural é essencial nos processos de transição da agricultura convencional para processos de agricultura mais sustentáveis. Sobre isso, Caporal (2020) no âmbito da transição agroecológica, por exemplo, entende que é necessário um modelo de extensão rural que supere o modelo difusionista [de transferência de tecnologia e de conhecimentos] e que possa realizar contribuições significativas a partir da animação e incentivo de processos.

## 5.2 A utilidade da infraestrutura

Este tipo de infraestrutura também tem gerado certas dúvidas em relação a sua relevância para a produção de hortaliças nessa zona, considerando suas características climatológicas. Inclusive, segundo representantes institucionais, o projeto tinha muitos opositores tanto da instituição nacional encarregada da pesquisa agropecuária quanto da academia. Eles indicavam que esta infraestrutura reduzia a luminosidade e aumentava a umidade, conforme os seguintes depoimentos: “Esta infraestructura ha tenido una serie de cuestionamientos de investigadores de la UCR y del INTA, incluso ellos vinieron a medir la luminosidad que hay en las casas-sombra” (representante institucional, 2015), “Hay muchas personas que están en contra de este proyecto y están informando mal de él” (representante institucional, 2015). Esta infraestrutura, desde o início, gerou certa desconfiança, principalmente nas famílias agricultoras que já tinham alguma experiência na produção de hortaliças. Muitas delas se recusaram a instalar esse tipo de infraestrutura e solicitaram a possibilidade de utilizar os recursos para melhorar a infraestrutura que já tinham, as microestufas.

Os agricultores também identificaram outras limitações a partir da comparação com a infraestrutura que já tinham ou a partir do desconhecimento da produção no sistema de casas-sombra e a falta de assessoria técnica. A partir dos relatos dos agricultores que já vinham com processos prévios de capacitação e/ou de produção de hortaliças, a adoção das casas-sombra implicou em uma reestruturação das condições de trabalho e também no conflito entre os conhecimentos e as práticas que os agricultores já vinham desenvolvendo e a necessidade de adequação às demandas da nova estrutura. Além disso, esta mudança não foi acompanhada de uma assessoria técnica constante que

acompanhasse o processo, o que desencadeou nos agricultores dúvidas sobre sua utilidade, situação que pode ter influenciado que algumas das casas-sombra estivessem sem uso.

Em relação aos benefícios deste projeto, as famílias consideraram a importância deste tipo de apoio (recursos materiais), já que muitas delas dispõem de pouca renda mensal, priorizando a sobrevivência da família, não tendo condições econômicas para realizar investimentos por conta própria, pois a renda mensal de que dispõem é pouca. Segundo os agricultores: “Si a nosotros no nos hubieran ayudado no hubiéramos podido crecer más (entrevista com família de San Antonio, 2015), “Este es un gran apoyo, a nosotros no nos sobra ni un cinco para poder invertir” (entrevista com família de Alpha, 2015).

Cabe destacar que ainda que as famílias manifestassem a importância do apoio para a diversificação da produção e para aumentar a renda mensal, alguns agricultores afirmaram que nem todos costumam aproveitar os benefícios concedidos, já que muitas casas-sombra estavam sem uso “Aquí hay varias casas-sombra, pero ellos van a jornalear y a coger café a otros lugares y no atienden la casa-sombra” (entrevista com família de Fila Naranjo, 2015). Essa situação foi verificada também na visita às propriedades rurais. Foram encontradas quatro casas-sombra sem uso durante o percurso pelas propriedades.

As razões para justificar o não uso da infraestrutura foram: não é época adequada para obter bons preços; nesta época a prioridade é cuidar o café; estão esperando que se estabeleçam os mercados institucionais; a falta de conhecimento na produção de hortaliças e uma racionalidade associada a cultivos permanentes. As famílias tinham expectativa sobre a melhora de sua renda familiar a partir do empreendimento. Porém, no momento da pesquisa em 2015, ainda não verificavam essa melhora de forma permanente já que estavam em um processo de experimentação, ainda que o projeto já estivesse em execução desde o ano de 2013. Além disso, a falta de mercados já consolidados para o escoamento da produção, provavelmente, foi um fator limitante para uma maior confiança dos agricultores no sucesso do projeto. Segundo eles: “La idea es que sea beneficioso lucrativamente, sólo que no hemos logrado vender, hasta ahora estamos aprendiendo a producir” (entrevista com família de Copal, 2015), “Se ha avanzado mucho en el mercado, pero todavía no se ha logrado generar esa articulación. Cada uno está produciendo y vendiendo por su parte” (entrevista com família de Fila Méndez, 2015), “Aquí casi no se vende, entonces sólo estoy produciendo para el gasto” (entrevista com família de Fila Méndez, 2015).

É importante mencionar que há um maior número de alimentos produzidos tanto para autoconsumo quanto para venda por parte das famílias que possuem casa-sombra, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Número médio de alimentos produzidos e uso de insumos químicos de acordo com a presença de casa-sombra. Coto Brus, Costa Rica, 2015

Variável	Famílias com casa-sombra (17)	Famílias sem casa-sombra (17)	Sig.
Número médio de alimentos para autoconsumo e venda	8	5	0,086
Adubo químico e agrotóxicos	10	16	$\chi^2=0,020$

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na tabela 1 se mostram diferenças estatisticamente significativas entre as famílias que possuem casa-sombra e as que não com 90% de significância. Há um maior número de alimentos utilizados tanto para autoconsumo quanto para vendas nas famílias que possuem casa-sombra. Além disso, estas famílias também apresentam um menor uso de agroquímicos. As famílias envolvidas no projeto casa-sombra receberam capacitação para produção orgânica, o que ajudou no escoamento da produção local de alimentos saudáveis.

No caso de algumas famílias filiadas ao CAC de Fila Guinea e a CODAGRO elas se mostravam com maior expectativa de conseguir entregar a produção a estas associações como provedoras do PAI (Programa de Abastecimiento Institucional) conforme os seguintes depoimentos: “Nosotros estamos esperando a ver cómo nos vá con el mercado institucional” (entrevista com família de Fila Méndez, 2015), “La idea es comercializar a través del PAI, pero eso ha requerido un proceso largo, estamos esperando a ver qué pasa” (entrevista com família de Fila Méndez, 2015), “Si nosotros conseguimos vender al PAI, sería mejor porque el mercado es seguro” (entrevista com família de Alpha, 2015).

Algumas famílias, não beneficiárias da casa-sombra, manifestaram que este tipo de projetos tende a fracassar, assim como outros que o antecederam, pois não tem uma continuidade ao longo do tempo. Os benefícios são oferecidos na forma de recursos, porém isso não necessariamente resolve as necessidades dos agricultores. Além disso, os apoios oferecidos não são integrais, o agricultor muitas vezes desconhece a atividade e, portanto, é preciso o acompanhamento da assistência técnica, outra carência da região. Conforme os agricultores: “Para mí no funciona, no se ha conseguido producir nada con utilidad” (entrevista com família de Fila Naranjo, 2015), “Para mí ese proyecto no sirve, nadie ha conseguido mejorar la situación de la familia, son proyectos que no están bien estudiados. El CAC va a joder al agricultor, porque la ganancia comienza a ser para la organización (refiriéndose al CAC como mediador, 2015)” (entrevista com família de Las Brisas), “No hay tanta producción como para sacarla a la Capital y aquí no hay mercado” (entrevista com família de Fila Naranjo).

## 6 O PROJETO AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL EM COTO-BRUS, COSTA RICA

A discussão sobre a contribuição do Projeto para o desenvolvimento rural territorial será fundamentada em três aspectos principais: a produção de conhecimentos no território; a contribuição do Projeto para a segurança alimentar e nutricional e a importância do trabalho conjunto e a participação dos agricultores para o desenvolvimento rural territorial.

### 6.1 A produção de conhecimentos no território

O Projeto Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, projeto interinstitucional, tinha por intuito a melhora da produção através de processos de capacitação e do investimento de recursos materiais para induzir processos de inovação nas famílias. Para Jara (2003, p. 8): [...] o processo de desenvolvimento rural demanda intervenções intersetoriais e interinstitucionais.

É evidente que o projeto, a partir da articulação entre diferentes instituições locais, nacionais e internacionais, incentivou um processo de desenvolvimento rural ao melhorar a qualidade de vida de várias famílias. Porém, a forma como foi implementado, fragilizou a manutenção da experiência, principalmente as casas-sombra ao colocar em evidência o encontro de diferentes formas de produção de conhecimentos no território.

A introdução de ações institucionais a partir de uma abordagem top-down pode ser um limitador do desenvolvimento das capacidades das próprias famílias a partir de suas práticas de experimentação, o que favorece o modelo difusionista de extensão rural por parte das organizações externas ao território. Este tipo de modelo difusionista pode gerar bloqueio à produção de novidades na construção de conhecimento tradicional (COTRIM, 2013). As famílias beneficiárias das casas-sombra receberam um pacote tecnológico para ser instalado em suas propriedades e receberam assistência técnica para ser utilizada. A partir dos relatos dos agricultores e dos representantes institucionais, os extensionistas ensinavam às famílias como fazer uso da infraestrutura e dos insumos fornecidos. Isso, de certa forma, aumentou a dependência da assessoria técnica pelos agricultores, questão que estão procurando solucionar com o apoio técnico. O extensionista é o detentor de saber e o agricultor um receptor desse conhecimento, portanto o extensionista é considerado um agente de mudanças tecnológicas que vende tecnologia, demonstrando e ensinando como ela deve ser utilizada (SANTOS; GONZÁLEZ VELA, 2011).

Foram poucas famílias que construíram, a partir de seu conhecimento e da sua experiência, sistemas de produção próprios, utilizando o apoio econômico para suprir as necessidades de infraestrutura e equipamentos. Nestas famílias, as necessidades foram identificadas no interior do grupo familiar e não em processos de comunicação com os técnicos, diferente daquelas que aceitaram a casa-sombra como infraestrutura. Cabe destacar que esta última característica foi considerada muitas vezes pelos técnicos como práticas atrasadas. Porém, estas práticas são resultado de processos de experimentação que os agricultores têm levado de sua prática agrícola. Como estabelece Cotrim (2013, p. 20) estas práticas surgem de “um processo de construção de conhecimento que ocorre de processos de constituição social de variadas alternativas tecnológicas, as quais combinam

fatores através do saber fazer conduzido pelas gerações”. Os processos de desenvolvimento rural devem estar associados a processos participativos que fomentem a geração e fortalecimento dessas novidades, as quais surgem da prática diária dos agricultores com seus recursos.

De acordo com Holt-Giménez (2008, p. 4):

Las experiencias directas de los agricultores en el terreno para desarrollar la agricultura sustentable no son conocidas y por lo mismo, no logran influir en las agendas de investigación de la agricultura formal, ni en las políticas de desarrollo agrícola de los gobiernos. Tampoco, aparecen en las políticas de la OMC, en los tratados regionales de comercio, ni en las políticas y prácticas del FMI, ni del Banco Mundial.

A partir da citação anterior, pode-se inferir, que não é incomum que projetos de desenvolvimento não valorizem as novidades produzidas localmente, protagonizadas pelos próprios agricultores. Assim, considera-se importante que os projetos possam compreender, apoiar e fomentar a produção de conhecimentos do próprio território. Este conhecimento é mediado pela cultura e é construído no cotidiano, a partir da relação entre os agricultores e entre eles e o ambiente em que vivem. O diálogo entre os saberes camponeses e os conhecimentos técnico-científicos é essencial para a construção de confiança entre os atores. Essa confiança é a base para que as relações de poder no território não sejam impeditivas ou dificultem a participação dos agricultores. Para Jara (2003) a confiança é sentida quando o sujeito percebe a verdade e age em conformidade, com isso, aceita-se o outro, seus argumentos, iniciativas, compartilhando o cotidiano e os processos sociais. Porém, para o mesmo autor, isso não quer dizer passividade ou subalternidade e sim, a importância da sociabilidade (dentro disso a participação social) nos processos de desenvolvimento nos territórios rurais (JARA, 2003).

## 6.2 A contribuição do projeto para a segurança alimentar e nutricional

No que diz respeito aos benefícios no nível familiar e comunal, no momento da pesquisa, as diversas famílias concordaram que o projeto tem contribuído para a diversificação de alimentos, aumentando a disponibilidade de hortaliças e, por conseguinte, o acesso a uma maior variedade de alimentos. Estes elementos reforçam a contribuição do projeto para a segurança alimentar e nutricional dos sujeitos envolvidos.

O benefício não é somente para as famílias agricultoras, também há um aumento da disponibilidade de alimentos nas comunidades, resultando, por conseguinte, em uma melhoria na alimentação dessas famílias. Assim, o incentivo realizado pelo projeto para a produção de hortaliças pelas famílias teve vantagens no nível individual, das próprias famílias, mas também no nível comunitário. Algumas falas que expressam essas ideias são as seguintes: “Este proyecto ha aumentado la variedad de la dieta, antes ni consumíamos nada de eso, porque aquí no se vende. Ahora producimos de todo y de todo comemos” (entrevista com família de Alpha, 2015), “Este es un proyecto que viene a diversificar la producción de la familia, es una alternativa al café y además, se puede involucrar a la familia en el proceso de producción (entrevista com família de Fila Guinea, 2015), “La casa-



sombra ayuda a diversificar la alimentación, pues si sólo hay arroz y frijoles, uno coge de allí algunos rábanos y unos tomates y ya tiene un plato mejor” (entrevista com família de Fila Naranjo, 2015). De acordo com Sánchez-Acuña, Murillo-Segura e Aytekin (2015) esta infraestrutura permitiu a produção de mais de 25 tipos de hortaliças na zona (incluindo espécies e variedades), a partir de um processo de aclimação das sementes utilizadas.

Além disso, as famílias manifestaram que os alimentos produzidos são mais saudáveis, já que dentro do possível, tem-se produzido de forma orgânica. Portanto, não somente se tem a disponibilidade de alimentos, mas também alimentos saudáveis, muitas vezes difíceis de serem obtidos no mercado local. Para assegurar isso, a maioria das famílias receberam capacitação em agricultura orgânica e inclusive foi uma exigência para a recomendação dos agricultores para serem beneficiados pelo programa.

A limitação de acesso ao mercado, relatada pelas famílias agricultoras, gerou processos de insegurança alimentar e nutricional no território, devido à incapacidade de obter todos os alimentos necessários para satisfazer suas necessidades nutricionais, gerando um estado de vulnerabilidade (ELLIS, 2000). Para Rodríguez González e Coelho-de-Souza (2014) na procura de reduzir esta vulnerabilidade, a produção para autoconsumo tem um papel central, pois permite a disponibilidade e acesso a uma maior quantidade de alimentos e de matérias primas que podem ser usadas para consumo familiar ou para reduzir a dependência de insumos externos. Além disso, o autoconsumo permite ter um controle da qualidade dos alimentos que estão consumindo e manter hábitos alimentares com base nos alimentos locais e regionais (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ; COELHO-DE-SOUZA, 2014) estimulando a valorização da cultura alimentar local e da sociobiodiversidade.

### 6.3 A importância do trabalho conjunto e a participação dos agricultores para o desenvolvimento rural territorial

Ressalta-se a importância de seguir fortalecendo os processos de trabalho conjunto entre a sociedade civil e as instituições para a geração de processos de desenvolvimento rural territorial. Estas ações devem ser construídas e desenvolvidas de forma participativa, partindo da compreensão dos agricultores sobre as suas condições de vida e de produção, a partir de seus processos de reflexão sobre os problemas comuns que enfrentam, estimulando a construção coletiva das possibilidades para sua solução. Isto poderia favorecer formas de busca por maior autonomia pelos agricultores, aspecto indutor de mudanças. Para Saquet e Sposito (2008), maior autonomia significa evidenciar a capacidade de controle e de gestão de processos, em que os sujeitos envolvidos possam planejar e definir seus projetos em acordo com atores e processos de outros territórios. Ou seja, trata-se de ampliar a capacidade de tomada de decisão.

Neste processo é fundamental a participação institucional e do governo local, na procura de soluções oportunas e pertinentes para as famílias agricultoras em relação a: criação de uma política de abastecimento local que estimule a construção de mercados para a produção da agricultura familiar; a promoção da diversificação da produção na propriedade como estratégia de segurança alimentar e nutricional, o favorecimento do transporte da produção e o acesso a

sementes de qualidade para a produção de hortaliças. Estes processos podem ser potencializados a partir da educação alimentar e nutricional no âmbito comunitário, envolvendo também as escolas. Para que a infraestrutura seja eficiente é preciso que haja a compreensão sobre a necessidade de uma alimentação saudável e diversificada, causando o aumento da demanda por alimentos orgânicos e os produzidos no modelo de base ecológica.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar um projeto específico intitulado 'Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional' desenvolvido em Coto Brus, Costa Rica e sua contribuição para o desenvolvimento rural do território. O projeto, de caráter interinstitucional, envolveu o governo local, organizações não governamentais, organizações internacionais e agricultores locais. Os esforços realizados foram relevantes para o processo de desenvolvimento rural territorial, porém destaca-se alguns aspectos. Durante seu processo de construção não houve uma integral participação dos agricultores, o que dificultou a construção de confiança no projeto e nos atores sociais envolvidos. Além disso, o projeto acabou por desempenhar um papel difusionista ao transferir para o território uma tecnologia externa aos agricultores em vez de aproveitar os recursos e conhecimentos locais. Entende-se que poderiam ter sido realizados esforços no sentido de estimular os processos exitosos locais, conhecidos pelos agricultores e então que eles mesmos pudessem dialogar entre eles, como prevê por exemplo, a metodologia de campesino a campesino. Esse tipo de metodologia contribui para que as relações de poder entre os atores sociais institucionais e os atores sociais locais, assim como as relações de poder já presentes nos territórios, não sejam impeditivos ou dificultem a execução de projetos. Além disso, metodologias como o campesino a campesino estimulariam processos de construção de confiança entre os sujeitos envolvidos.

O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional ao proporcionar o aumento da disponibilidade de alimentos de expressiva importância nutricional, alimentos que sem o projeto provavelmente teriam dificuldades para acessá-los. Estas dificuldades se devem tanto pela pouca disponibilidade de espaço produtivo nas propriedades e na região, quanto pela limitação de recursos econômicos. Durante a realização da pesquisa, as famílias visualizavam o potencial da produção de hortaliças para obtenção de renda, lhes permitindo melhorar a qualidade de vida. Para isso, há todo um aparato institucional de apoio à atividade, para o aprimoramento das práticas produtivas e sua inserção no mercado.

O aparato institucional precisa promover processos contínuos nas comunidades, já que muitas vezes os projetos não são permanentes e pautam-se pelo o que é possível de ser oferecido e não pelas reais necessidades das famílias agricultoras. Além disso, as famílias que aderiram à casa-sombra identificavam os problemas causados pelos adubos químicos e agrotóxicos demonstrando-se mais sensíveis à produção agrícola orgânica. Partindo deste resultado, entende-se que haveria potencial para o desenvolvimento de projetos para a transição agroecológica. A agroecologia tem potencial para contribuir com o redesenho dos sistemas produtivos e conseqüentemente para produção de alimentos saudáveis, para a organização dos agricultores e a construção de novos mercados em Coto Brus.

---

Conclui-se que os projetos de desenvolvimento rural territorial precisam integrar atores sociais das mais diversas esferas e em diferentes escalas proporcionando ações em nível local e regional para o desenvolvimento dos territórios. São necessárias políticas públicas que estimulem a agroecologia a partir de abordagens participativas e bottom-up, com o estímulo à criação de processos organizativos entre os próprios agricultores, para a geração de renda aliada a conservação ambiental, contribuindo para a construção de um projeto mais amplo, de soberania alimentar.

## **8 AGRADECIMENTOS**

À Universidade de Costa Rica (UCR) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por permitir espaços de intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas que fortalecem a abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional. À CAPES e ao CNPq (processo 464106/2014-1).

---

# The inter-institutional project ‘family agriculture and food and nutrition security’ in Coto Brus, Costa Rica and territorial rural development

## ABSTRACT

The objective is to analyze the project ‘Family farming and food and nutritional security’ developed in Coto Brus, Costa Rica and its contribution to the development of the territory. The methodology involved carrying out semi-structured interviews in 2015 with 34 families, including participants and non-participants in the project under analysis and with 10 representatives of institutions and organizations. The project was developed to strengthen family farming by linking its production to institutional markets and boosting the local food market. Its execution operated on three fronts: provision of infrastructure for vegetable production, creation of a supply center and the creation of marketing mechanisms. The Project analysis was conducted from three aspects: the production of knowledge in the territory; the Project's contribution to food and nutritional security and the importance of joint work and the participation of farmers for territorial rural development. It is concluded that, although ways of involving and having the trust of farmers are necessary, it contributed to local agricultural diversification, favoring food and nutritional security processes in the family and local space and consequently the sustainable rural development of the territory.

**KEYWORDS:** knowledge; farmers; central America; agricultural diversification; territory.

## REFERÊNCIAS

BLANCO OBANDO, Edgar Eduardo. Desarrollo Rural Territorial: ¿El mejor recurso para resolver las problemáticas de las poblaciones rurales costarricenses? Un análisis del período 1990-2014. In: VIALES HURTADO, Ronny J DÍAZ ARIAS, David (Org.). Historia de las desigualdades sociales en América Central: Una visión interdisciplinaria, siglos XVIII-XXI. 2020, p. 158-172.

CAPORAL, Francisco Roberto. Transição agroecológica e o papel da extensão rural. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 27, n. 3, 2020.

COSTA RICA. Comité Cívico Agropecuario de Coto Brus. Propuesta de agenda sobre prioridades por sector a negociar con autoridades de gobierno. San Vito, Coto Brus: Comité Cívico agropecuario de Coto Brus, 2014a.

COSTA RICA. Decreto n° 31714-MS-MAG-MEIC, de 30 de marzo de 2004. Reglamento de Organización y Funcionamiento de la Secretaría de Política Nacional de Alimentación y Nutrición. *Diario Oficial La Gaceta* 63, Poder Ejecutivo, San José, Costa Rica, 30 mar. 2004.

COSTA RICA. Decreto n° 32488-MP-MAG, 29 de julho de 2005. De los Comités Sectoriales Regionales Agropecuarios (CSRA): Su constitución y funciones. *Diario Oficial La Gaceta* 146, Poder Ejecutivo, San José, Costa Rica, 29 jul. 2005.

COSTA RICA. Decreto n° 38536-MP-PLAN, 20 de junho de 2014. De los Comités Cantonales de Coordinación Institucional. *Diario Oficial La Gaceta* 159, Poder Ejecutivo, San José, Costa Rica, 12 dez. 2014b.

COSTA RICA. Encuesta Nacional de Hogares 2018: Resultados Generales. San José, Costa Rica: INEC, 2018.

COSTA RICA. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos - INEC. X Censo Nacional de Población y VI de Vivienda 2011. San José, Costa Rica: INEC, 2013.

COSTA RICA. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos - INEC. VI Censo Nacional Agropecuario: características de las fincas y de las personas productoras. San José, Costa Rica: INEC, 2015.

COSTA RICA. Ley 9036 de 29 de mayo del 2012. Transformación del Instituto de Desarrollo Agrario (IDA) en el Instituto de Desarrollo Rural (INDER). Disponible en:  
[https://www.inder.go.cr/acerca\\_del\\_inder/leyes\\_reglamentos/doc/leyes/Ley9036-Transformacion-IDA-INDER.pdf](https://www.inder.go.cr/acerca_del_inder/leyes_reglamentos/doc/leyes/Ley9036-Transformacion-IDA-INDER.pdf) Acceso em: 27 set. 2022.

COSTA RICA. Universidad Nacional, Municipalidad de Coto Brus. Plan de desarrollo cantonal integral. San Vito, Coto Brus: Universidad Nacional y Municipalidad de Coto Brus, 2011.

COTRIM, Decio. O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ELLIS, Frank. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford: Oxford University Press. 2000.

FAVARETO, Adilson. a abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? Estudos avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

FERNÁNDEZ, Diego. Situación del desarrollo rural territorial y priorización de territorios en Costa Rica. Proyecto Insignia “Inclusión en la Agricultura y los Territorios Rurales”. 2017. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/2739> Acesso em: 27 set. 2022.

FERNÁNDEZ ALVARADO, Luis Fernando. Desarrollo regional/rural y democracia: la participación ciudadana y la democracia deliberativa en la opción estratégica de los agricultores, la agricultura familiar y los productores marginados. Heredia, Costa Rica, UNA/MDR, 2015.

GAMBOA QUESADA, M. Caracterización Territorio Buenos Aires-Coto Brus. Costa Rica: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. UAB/UFRGS e PLEGEDER - SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios

para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.



HIDALGO CAPITÁN, A.L. Costa Rica en evolución: política económica, desarrollo y cambio estructural del sistema socioeconómico costarricense (1980-2002). San José, Costa Rica: Editorial da UCR e Servicio de Publicaciones da Univ. de Huelva, 2003.

LEITE, Sérgio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 227-254, 2020.

SANTOS, Nadia Pötter dos; GONZÁLEZ VELA, Hugo Aníbal. Tendências pedagógicas na Educação Brasileira. In: WAGNER, Saionara Araújo. Métodos de Comunicação e participação nas atividades de extensão rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. pp 9-16.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO - PNUD. Indicadores internacionales sobre desarrollo humano. PNUD. 2018.

RAMÍREZ AVENDAÑO, Victoria; QUESADA CAMACHO, Juan Rafael. Evolución Histórica de los cantones Osa, Golfito, Corredores y Coto Brus, San José, Costa Rica. Ministerio de Cultura Juventud y Deportes y Organización de Estados Americanos (OEA), 1990.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Shirley; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Agricultura familiar: mercantilización y su repercusión en la seguridad alimentaria y nutricional familiar. Perspectivas Rurales Nueva Época, a. 12, n. 24, p. 95-116, 2014.

ROGERS, Everett. Diffusion of innovation. 3rd ed. New York: The free press, 1983.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olivio Alberto. Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SAMPER, Mario; TORRENS, João. Políticas públicas para el desarrollo de los territorios rurales. In: DIJCK, Pitou van; NUSSELDER, Hans (Org.). Un recorrido por líneas locales: Aportes para políticas públicas en el sector rural de Centroamérica, el Caribe y la Región Andina. San José, CR: Centro de Estudios para el Desarrollo Rural (CDR), 2015

SÁNCHEZ ACUÑA, Dennis; MURILLO SEGURA, Guillermo; AYTEKIN, Melisa. Modelos Casa Sombra para la producción de hortalizas y apoyo a la disminución de la pobreza rural en la Región Brunca, Costa Rica. *Boletín de Agricultura Familiar para América Latina y el Caribe*, n. 12, p. 12-17, 2015.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Niterói, Ano. 1, n.1, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, São Paulo, v. 20, n.3, p.479-505, set.-dez. 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n.01 e 02, p. 99–116, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WU, Huifang; DING, Baoyin; YE, Jingzhong. Desenvolvimento rural e a construção de novos mercados aninhados na China. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 361-380.

**Recebido:** 09 set. 2023.

**Aprovado:** 10 out. 2023.

**DOI:** 10.3895/rbpd.v12n4.16207

**Como citar:** GONZÁLEZ, S. R.; PEREIRA, V. C.; COELHO-DE-SOUZA, G. O projeto interinstitucional 'Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional' em Coto Brus, Costa Rica e o desenvolvimento rural territorial. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 13, n. 01, p. 196-218, jan./abr. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Shirley Rodríguez González

C. la Cruz 26, San José, Mercedes, Costa Rica

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

